

Democratização

Tese - Visibilidade às Questões Étnicas nos Meios de Comunicação e no Mercado de Trabalho

Autores:

- Núcleo de Comunicadores Afro-brasileiros do RS - Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Rio Grande do Sul
- Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo - Cojira -SP
- Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial - Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro - Cojira-RJ

1. Apresentação

A questão racial vem pontuando, em todo o mundo, as discussões voltadas à conquista da cidadania. O racismo foi um eixo básico da luta pelos Direitos Humanos e ganhou outras feições na contemporaneidade, forjando novas perspectivas de inclusão. O Brasil, institucionalmente falando, avançou significativamente na discussão sobre o tema. O país se reconheceu oficialmente como racista, afirmação até há pouco tempo interdita pelo discurso oficial.

Os resultados reiterados das pesquisas estatísticas fizeram com que nas últimas décadas fossem desenhados e implementados leis, recursos e outros dispositivos de correção dos problemas raciais. As políticas focalistas (ações afirmativas, políticas de cotas, reparação) despontaram no horizonte do possível como uma alternativa para diminuir o fosso entre brancos e negros.

Como questão estrutural da sociedade brasileira, as relações raciais necessitam de atuação especial dos jornalistas. Os meios de comunicação e, particularmente, a imprensa, poderão ocupar posição privilegiada no processo de superação dos problemas raciais. Tal importância pode ser detectada em várias instâncias legais e proposições: o Estatuto da Igualdade Racial, Projeto de Lei n.º 3.198, por exemplo, reserva o capítulo VIII para os meios de comunicação. Focado nas mensagens publicitárias e da imprensa, o Estatuto parte do princípio de que “a publicação veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação dos afro-brasileiros na história do País” (Art. 55).

Ao trazer esse tema para o XXXI Congresso Nacional de Jornalistas, o Núcleo de Comunicadores Afro-brasileiros do Rio Grande do Sul, a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (Cojira-SP), a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio de Janeiro (Cojira-RJ), querem ampliar o debate nos marcos do jornalismo e do espaço sindical e dar visibilidade a eventos, situações, ações, práticas, discussões e rotinas, abrindo espaço para a construção de uma outra tradição no modo de se fazer jornalismo, que leve em conta a pluralidade e igualdade raciais.

É bem conhecido dos profissionais engajados no combate ao racismo e na promoção da igualdade o fato de que a abordagem da temática racial continua sendo velada nos meios de comunicação. Esta situação vem provocando mudanças de posturas nesses profissionais: negros e não-negros têm a responsabilidade diária na redefinição dos conteúdos oferecidos pelos meios de comunicação sem o preconceito e os estereótipos que, normalmente, caracterizam o enfoque quando o negro é notícia. O ideal seria que a isso se somasse um compromisso dos veículos de comunicação de integrarem em seus quadros ocupacionais povos historicamente discriminados em escala proporcional aos seus respectivos pesos demográficos.

Tais desafios fazem com que este documento sinalize para quesitos importantes na conquista efetiva de igualdade racial.

2. Justificativa

O Núcleo Afro-brasileiro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul, a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (Cojira-RJ/SJPMRJ) e a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato de Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (Cojira-SP) apresentam, nesta tese, uma reorientação em nossa organização sindical como resultado de um compromisso voltado para conquista da igualdade racial em nosso País. Assumir a bandeira contra o racismo implica em outras orientações nas nossas práticas rotineiras, pautadas, muitas das vezes inconscientemente, pelo preconceito. É o histórico preconceito de não ter preconceito, como dizia Florestan Fernandes.

A inclusão do tema no XXXI Congresso Nacional de Jornalistas pelo Núcleo de Comunicadores Afro-brasileiros do Rio Grande do Sul e pelas Comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo é uma estratégia política importante capaz de sinalizar para referenciais que colaborem na superação do racismo nos limites do jornalismo e do espaço sindical ligado à profissão. A situação do negro em várias instâncias da sociedade brasileira é um indicador importante para o delineamento desta tese.

Dados de pesquisas (cujos resumos apresentamos nessa tese) realizadas e divulgadas nos últimos anos revelam a condição de inferioridade em que historicamente se encontram trabalhadores negros (homens e mulheres). Desde as dificuldades de acesso à Universidade, impedindo sua formação

acadêmica e qualificação de sua mão-de-obra para um mercado reservado, desde a colonização do país aos descendentes dos europeus até ao cerceamento ao exercício de funções de chefia ou comando em qualquer ramo de atividade.

A situação de desigualdade dos trabalhadores negros também pode ser observada no universo da imprensa. Homens e mulheres negras estão sempre em menor proporção. A estrutura ocupacional dos meios de comunicação, e particularmente da imprensa, é considerada uma das mais excludentes do ponto de vista racial. Levantamento realizado pela Revista Imprensa, divulgado em sua edição de n.º 165, de outubro de 2001, e reproduzidos no artigo 'Igualdade Racial Entre os Jornalistas ainda é uma Meta', do jornalista Flávio Carranço, comprovam o número de negros nas redações é mínimo, o que torna ainda mais distante o mundo jornalístico das questões específicas da etnia negra. De cinco mil questionários enviados pela Revista Imprensa para redações de todo o País, perguntando sobre o número de profissionais da redação, entre eles quantos negros e quantos ocupam cargos de chefia, apenas 230 responderam e dessas somente 85 (36%) informaram contar com algum negro ou negra jornalista. O mesmo levantamento comprova que poucos negros(as) conseguem cargos de chefia ou de maior visibilidade. Do total de 3.400 profissionais, apenas 57 (1,6% do total) ocupavam cargos de chefia nos 230 veículos que responderam ao questionário.

A situação das mulheres negras também é diferenciada nos meios de comunicação. Em todo o mundo, existem cerca de 300 mil jornalistas mulheres. Na América Latina, a estimativa é de 60 mil profissionais deste gênero. No Brasil, além de atuarem em número significativo como profissionais de comunicação, as mulheres são a maioria na outra ponta desta indústria como público consumidor de TV, Rádio e Revistas. Representam, hoje, no País, 49% dos leitores de jornais. Quando se agrega o tópico racial a esses números, a presença de mulheres negras é ainda mais escassa.

Além da estrutura ocupacional, outro braço da discriminação pode ser destacado na instância dos meios de comunicação: a produção dos conteúdos. Sendo uma forma minimalista de ler e dizer o mundo, o jornalismo nem sempre leva em conta a diversidade racial que nos constitui. A produção de conteúdos, geralmente, exclui qualquer modo de se noticiar os fatos que venha a fugir do modelo eurocêntrico, regido desde sempre pelo poder e pela escola capitalista onde o conteúdo subliminar doutrinário sempre se sobrepõe a uma leitura crítica da realidade que se apresenta para ser noticiada.

Ao apresentar-se este quadro como parte do processo de discriminação racial, o Núcleo de Comunicadores Afro-Brasileiros do RS, a Cojira-RJ e a Cojira SP trazem um foco para discussão que será a elaboração de cláusulas de promoção da igualdade - cotas - para serem inseridos nos acordos coletivos da categoria seguindo os padrões estabelecidos pela política de valorização da diversidade. O Núcleo de Comunicadores Afro-brasileiros do RS, a Cojira-RJ e a Cojira-SP estão desencadeando em suas entidades sindicais os princípios de resistência, de protesto e de articulação da luta contra o racismo e as desigualdades de gênero, sem perder a perspectiva de classe.

O Congresso Nacional de Jornalistas é uma boa oportunidade para uma reflexão sobre questões éticas, de qualidade da informação e, também, sobre o significado do perfil do negro que é projetado pela mídia. É, ainda, o momento para que as linhas de uma outra comunicação e imprensa sejam definidas. Nesse sentido, consideramos da maior importância a apresentação desta tese num momento em que o jornalismo também é convocado para pensar e incluir racialmente. Mais do que responsabilidade social, esta iniciativa configura-se como uma urgência política e um imperativo ético.

3. Sobre as organizações proponentes

3.1. Núcleo de Jornalistas Afro-descendentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul

O Núcleo de Jornalistas Afro-descendentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul foi criado em 2001, para atender as demandas do Comitê Afro-Brasileiro do Fórum Social Mundial. A necessidade foi repassada a jornalistas militantes do Movimento Negro, durante o ano de 2000, depois de os negros de todo o mundo terem enfrentado inúmeras dificuldades para tornarem visíveis sua participação e ações durante o I Fórum Social Mundial, sem qualquer apoio dos meios de comunicação.

As constatações do Movimento Negro organizado comprovavam a invisibilidade dos negros no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul e o desinteresse dos veículos de comunicação por suas causas e ações.

Em meados de 2000 a demanda foi encaminhada à Diretoria do Sindicato dos Jornalistas e indicado o nome da Jornalista Santa Irene Lopes de Araújo (militante do Movimento) para atuar na coordenação do Núcleo na Comissão do Comitê Afro-Brasileiro. Receptiva à solicitação, a diretoria sugeriu, então, a criação de um Núcleo, que congregaria jornalistas afro-descendentes e daria apoio durante o II Fórum Social Mundial em 2001.

As jornalistas Santa Irene e Jeanice Ramos assumiram a coordenação do Núcleo que se implantou e desenvolveu algumas atividades com apoio do presidente do Sindijor, José Carlos Torves e outros membros da diretoria. Mas as dificuldades de identidade e de comprometimento orgânico com as demandas da etnia, que permeiam historicamente a sociedade brasileira, foi um obstáculo intransponível à participação de outros profissionais afro-brasileiros, impedindo que o Núcleo tomasse forma e organicidade. Mesmo assim, com esforço de alguns, muitas tarefas foram cumpridas e o Núcleo esteve

presente em diversas atividades organizadas pelo Movimento Negro, nestes três anos.

Ao mesmo tempo em que os incentivadores do Núcleo encontravam resistência dos jornalistas à participação orgânica, comunicadores de emissoras de rádio, televisão, veículos comunitários (jornais e rádios), relações públicas e publicitários afro-brasileiros participavam voluntariamente e manifestavam a vontade de se integrarem ao Núcleo.

Durante as comemorações da Semana da Consciência Negra de 2003, no Quilombo Zumbi dos Palmares, comunicadores de diversas áreas passaram a colaborar voluntariamente com o Núcleo. Foi decidida, então, a formalização do Núcleo de Comunicadores Afro-descendentes no Sindijor-RS, que hoje conta com um cadastro de 64 comunicadores, dos quais 32 participam esporadicamente e nove estão atuando de forma permanente, discutindo as questões da etnia nos meios de comunicação, buscando a definição de políticas que reconheçam e legitimem suas especificidades, manifestações culturais e forma de viver próprias, legados deixados à população brasileira pelos ancestrais africanos. Os profissionais de comunicação afro-brasileiros preocupam-se e buscam - cumprindo seu dever de ofício - o reconhecimento, valorização e respeito pelas características específicas de sua etnia nos meios onde atuam profissionalmente e em todas as instâncias sociais, políticas e econômicas do Estado e do País.

3.2. Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (Cojira-RJ/SJPMRJ)

Também no Estado do Rio de Janeiro, precisamente no Município que leva seu nome, no dia 11 de junho de 2003 foi criada a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (Cojira-RJ/SJPMRJ). Ela é um dos órgãos consultivos dessa entidade sindical, bem como executor de programas são da questão racial no Brasil e, especificamente, a relação desta com os meios de comunicação social.

Inicialmente, a Comissão integrada pelos jornalistas Miro Nunes, Sandra Martins e Angélica Basthi, fora provisoriamente nomeada de Comissão de Jornalistas Afro-Descendentes. Com o conhecimento e formalização do contato com a futura parceira e co-irmã paulista Cojira-SP, fez-se uma consulta às direções das duas entidades sindicais para possível adoção do nome da Comissão alterando somente a unidade federal. Com o apoio das instituições, a Comissão carioca passou, então, a adotar a mesma sigla. Tal atitude embute uma visão de busca de solidariedade e fortalecimento de uma identidade, que tem como meta construir um jeito diferenciado de se fazer sindicalismo na área dos meios de Comunicação Social ao se incorporar, em definitivo, a questão racial como uma de suas prioridades.

Conscientes da extrema relevância dessa temática, exposta inclusive na revista do Sindicato - Lide1 - que abordava o racismo nas redações, a invisibilidade do negro e do desinteresse dos meios de comunicação social por suas causas e ações, um grupo de jornalistas afro-descendentes tomou a iniciativa de propor à direção do SJPMRJ a criação de um fórum para discutir temas ligados às relações raciais no Brasil.

A Cojira-RJ tem entre os seus objetivos: o acompanhamento crítico do noticiário relacionado à questão racial; estímulo ao aprendizado e reciclagem dos profissionais de comunicação, especialmente os jornalistas, de modo a compreenderem com mais profundidade o tema que dá nome à comissão; debate dos assuntos relacionados à comunidade afro-brasileira; produção de textos voltados para os eventos propostos; apoio às iniciativas de trabalhos, acadêmicos ou não, na área de Comunicação Social que privilegiem a discussão da diversidade étnico/racial; incentivar a difusão e instalação de fóruns similares em todas as entidades sindicais no território nacional; mapear e analisar a situação dos jornalistas afro-descendentes no município do Rio de Janeiro; organizar um banco de dados sobre a questão racial e a imprensa negra.

3.3. Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (Cojira-SP)

A Cojira-SP foi criada no segundo semestre do ano 2000, por iniciativa dos jornalistas Flávio Carranca e Noedi Monteiro. Denominado no início Comitê Permanente de Jornalistas Negros, esse núcleo nasceu com a finalidade de dotar o Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo de uma política com relação à questão racial. No decorrer do primeiro semestre do ano 2001, foi realizada uma discussão política sobre pertinência da inclusão da palavra "negro" no nome da comissão. A maioria dos participantes apoiou a idéia de que ela poderia se tornar um obstáculo para a participação de não negros nas atividades a serem implementadas. Foi a partir dessa discussão que surgiu o nome de Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial.

Em julho de 2001, era publicado no site do sindicato um manifesto da Cojira-SP, assinado Amélia Nascimento, Benedito Egydio dos Santos, Esmeralda Ribeiro, Flávio Carranca, Francisco Soares, Maurício Pestana, Oswaldo de Camargo, Oswaldo Faustino, Paulo Vieira Lima, Ricardo Alexino Ferreira e Ronaldo Junqueira. Nesse texto, estão definidos os objetivos principais que nortearam até agora os trabalhos da comissão: "Convencidos de que a construção da cidadania plena para todos os brasileiros passa, necessariamente, pela obtenção da igualdade racial e que as diversas categorias profissionais têm uma importante contribuição a dar nesse sentido, nós, jornalistas negros, tomamos a iniciativa de nos organizar no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Para isso, criamos a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial-Cojira, um órgão consultivo, com participação aberta a

todos os interessados, que ajudará o Sindicato a ter uma atuação mais efetiva com relação à questão racial. Vamos participar de ações tanto no âmbito específico do jornalismo quanto em questões de caráter mais geral. Para conseguir esses objetivos, a Cojira tem algumas tarefas prioritárias:

- Mapear e analisar a situação dos jornalistas negros no Estado de São Paulo;
- Acompanhar com olhar crítico o noticiário relacionado à questão racial;
- Estimular a capacitação dos profissionais que já atuam na imprensa para que tenham uma melhor compreensão da questão racial;
- Criar oportunidades para que os jornalistas negros, em especial, e os jornalistas sem recursos financeiros, de maneira geral, tenham acesso aos mecanismos de aperfeiçoamento técnico-profissional;
- Organizar um Banco de Dados sobre a questão racial e a imprensa negra;
- Utilizar o Jornal Unidade e todos os meios de comunicação do Sindicato para divulgar matérias e discutir temas relacionados à questão racial.

Muitos desses objetivos ainda estão bem longe de serem alcançados, mas alguns passos foram dados nesse sentido. Em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, a Cojira promoveu em março de 2002 o relançamento da obra Imprensa Negra, de Clóvis Moura e Miriam Nicolau Ferrara, que foi doada para todas as bibliotecas públicas do estado, para dezenas de entidades do Movimento Negro, sindicatos e estudiosos da questão. A Cojira-SP também promoveu palestras sobre temas relativos a questão racial no sindicato e seus integrantes participaram de diversos eventos, além de concederem entrevistas a variados meios de comunicação. Várias matérias sobre temas de interesse para a Comunidade Negra foram publicadas no jornal Unidade, algumas elaboradas por integrantes da Cojira e outra realizadas pela equipe do jornal a partir de sugestões da Cojira. Mais recentemente, em maio de 2004, uma parceria com Geledés Instituto da Mulher Negra permitiu o lançamento do livro “Espelho Infiel - o negro no jornalismo brasileiro”, coletânea organizada por Flávio Carranço e Rosane Borges como parte das atividades da comissão.

4. Proposições

- Que sejam reconhecidas pelo conjunto da categoria as ações contra todo e qualquer tipo de discriminação e em defesa da igualdade étnica desenvolvidas pelo Núcleo de Comunicadores Afro-brasileiros do Rio Grande do Sul no Sindijor-RS, a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do SJPMRJ e a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do SJSP;
- Que o Sindijor/RS, o SJSP e do SJPMRJ enquanto entidades máximas de representação dos jornalistas profissionais dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo e do Município do Rio de Janeiro tomem iniciativas, para sensibilizar os jornalistas, tanto nas empresas de comunicação quanto nas faculdades de jornalismo, sobre as questões específicas dos afro-brasileiros e outros segmentos discriminados da população brasileira;
- Realização de parcerias com instituições, entidades e organizações governamentais e da sociedade civil que venham a auxiliar no desenvolvimento de ações e políticas para atender as demandas históricas da comunidade negra brasileira, com o objetivo de promover a igualdade racial entre os trabalhadores dos meios de comunicação e também para melhorar a qualidade da cobertura jornalística dos temas relacionados com a etnia negra e seu viver;
- Realização de censo do jornalismo brasileiro - em parceria com Universidades - com diversos recortes - gênero, racial, socioeconômico, mobilidade social, inatividade etc. - que além de abrir campo para pesquisas diversificadas propiciará um diagnóstico objetivo da categoria;
- Que o XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas recomende a todos os Sindicatos Estaduais filiados à FENAJ a criação e implementação de instâncias organizativas (Núcleos, Comissões, departamentos ou outras formas que venham a surgir) com a finalidade de implementar políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade. Que a FENAJ atue no sentido de aglutinar e coordenar nacionalmente as propostas e iniciativas surgidas dessas instâncias. E que a FENAJ estimule também discussões sobre a discriminação de índios e outras etnias e grupos sociais;
- Que o XXXI Congresso Nacional de Jornalistas recomende a todos os Sindicatos Estaduais filiados à FENAJ a inclusão da auto-declaração étnico-racial nas fichas sindicais, medida que deve ser precedida por uma campanha de esclarecimento junto à categoria;
- Apoio e execução de políticas focalistas (ações afirmativas, cotas) para empresas jornalísticas;
- Acompanhamento e monitoramento do conteúdo da imprensa;
- Estimular a produção de materiais (livros e outras publicações) que possam subsidiar o debate sobre jornalismo e relações raciais e estabelecer marcos importantes para a garantia efetiva dos direitos humanos;
- Acompanhamento das discussões e aplicação das diretrizes dos organismos nacionais e internacionais (ONU, OEA, Conferências, DHESCs) que regem os princípios dos direitos humanos e relações raciais no Brasil e no mundo.

Tese - A democratização do Jornalismo - Propostas contra a privatização e a espetacularização da notícia

Autor:

- Diretoria da FENAJ

1. Introdução

Desde o início da década de 80, os jornalistas brasileiros protagonizam um movimento nacional pela democratização da comunicação e pelo direito à informação que abriu frentes permanentes de lutas e conquistas em diversos níveis e momentos históricos destas duas décadas de redemocratização do Brasil. Todas foram alvo, em maior ou menor grau de aprofundamento, de teses apresentadas em Congressos anteriores. A face mais conhecida desta estratégia foi a criação, em 1984, da Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação, experiência que antecedeu a Assembléia Nacional Constituinte e que resultou na constituição do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), instituído em 1995. Por meio da militância no FNDC, os jornalistas contribuíram para a construção de um programa que até hoje serve de referência em qualquer debate sobre políticas públicas na área das comunicações no Brasil.

Na segunda etapa desta experiência, o Fórum tem trabalhado diretamente para efetivar suas propostas. Uma das principais conquistas nesta retomada se deu a partir de 2002 com a participação ativa e a atuação coordenada de seus representantes na implantação do Conselho de Comunicação Social no Congresso Nacional, com a ocupação de seis das 13 vagas de titulares preenchidas por pessoas ligadas direta ou indiretamente ao FNDC. O Fórum também teve participação direta no atraso da aprovação do projeto de lei 175/2001, que prevê a entrada de 100% de capital estrangeiro nas empresas de TV a cabo. Em 2003, o Fórum realizou, durante o III Fórum Social Mundial o Seminário "Comunicação para o Exercício da Cidadania", com o desenvolvimento de 4 painéis e cinco oficinas que contaram com a participação de mais de 400 pessoas. No mês de abril, quatro de seus integrantes participaram do grupo de trabalho do Ministério das Comunicações que se propôs a acelerar o processo de autorização de 4,4 mil rádios comunitárias que protocolaram seus pedidos junto ao Ministério das Comunicações. Em junho, o Fórum apresentou ao governo uma proposta sobre a digitalização da comunicação social eletrônica e pautou junto à sociedade o debate sobre a regulamentação da regionalização da produção cultural, artística e jornalística no rádio e na TV e o empréstimo de recursos públicos a empresas de comunicação. O Fórum está agora reorganizado em oito estados com seus respectivos Comitês Regionais atuando tanto nas disputas por políticas públicas de comunicação como na organização e mobilização da sociedade para protagonizar suas experiências de comunicação.

Os jornalistas reafirmam nesse Congresso sua opção pela democratização da comunicação como frente privilegiada de atuação e na manutenção do FNDC e do referencial de seu programa – que está em processo de atualização – como agentes de articulação social e política nessa luta. Por outro lado, identifica-se nesse período histórico um momento propício para, dentro do conjunto de ações que caracterizam a atuação do FNDC, implementar a inflexão deste arcabouço a partir de segmento que poderíamos chamar de Democratização do Jornalismo, entendendo esse movimento como um foco específico e, não, uma nova ação. Se a democratização da comunicação, no nosso entendimento, precisa ser uma ação que transborda os interesses de jornalistas e outros trabalhadores da área da comunicação, o jornalismo e, conseqüentemente, sua democratização possuem uma especificidade onde a contribuição dos jornalistas e da FENAJ será sempre da maior relevância.

Influenciado pelas tendências internacionais de espetacularização da notícia, privatização da opinião pública e a "commoditização" da informação, o jornalismo brasileiro está mergulhado em um ambiente de banalização e descompromisso que traz de volta os tempos de Chatô, onde o interesse público no jornalismo mantinha-se sempre refém de interesses patrimonialistas, corporativos ou cartoriais. Ao mesmo tempo, o debate sobre os conteúdos e a qualidade da programação da TV, a discussão sobre a regionalização da produção cultural, artística e jornalística e o potencial democratizante da digitalização da comunicação social eletrônica estabelecem novas bases para se reverter o quadro estabelecido e orientam os jornalistas brasileiros a destacar ações específicas que promovam a luta pela democratização da comunicação a partir da democratização do jornalismo. Mais do que um processo de longo prazo, este pilar é um dos pontos centrais de sustentação de um projeto estratégico da FENAJ, a ser formulado e desenvolvido por sua direção.

2. Objetivos

É objetivo geral dessa ação a radicalização do projeto de democratização implementado pelo Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC), provocando reflexões e experiências que somente os jornalistas poderiam propor.

Destacamos como objetivos estratégicos:

- Defender o jornalismo como atividade específica e potencialmente emancipatória – A

democratização do jornalismo passa pela tênue diferenciação do necessário controle público e da execrável censura. Para se conseguir esse equilíbrio democrático é necessária uma eficiente conceituação do jornalismo e de seu papel social. Adotando a premissa de Adelmo Genro Filho, o jornalismo é uma forma de conhecimento singular que, independentemente de sua origem de classe pode exercer um papel transformador e humanizador. Ao contrário das teses pessimistas e imobilizadoras que atribuem à atividade jornalística uma ontológica e irremediável natureza manipulatória, adotamos a fundamentação de Genro quando diz que “podemos conceber a possibilidade de um jornalismo informativo – que se utilize de muitas conquistas técnicas e funcionais adotadas pelos jornais burgueses – com outra perspectiva de classe e ideologia.”. Assim, acreditamos que é possível e cada vez mais necessário afirmar um atributo democrático ao fazer jornalístico;

- Garantir os aspectos públicos inerentes a um jornalismo democrático e plural – Um dos grandes problemas oriundos da atividade jornalística atual é a sua característica privada e, muitas vezes, partidária de atuação. A natureza pública dessa atividade exige a reconstrução de uma esfera que não se confunda nem com a dimensão estatal da sociedade nem tampouco com o espaço privado do indivíduo;
- Estimular o surgimento de uma imprensa representativa dos segmentos excluídos da mídia tradicional e a diversidade de versões – A estruturação e o desenvolvimento dos veículos de comunicação pública, comunitária e segmentada é vital para a democracia. Entretanto, o jornalismo informativo exige uma esfera pública, democrática e revigorada onde a pluralidade da sociedade esteja garantida. Isso significa que ao lado de uma grande imprensa futuramente democratizada devemos resguardar o espaço de um segmento de informação que garanta o acesso e a produção de informação às camadas marginalizadas e excluídas da sociedade;
- Impedir que a agenda pública do Brasil seja pautada pela lógica do jornalismo praticado pelos conglomerados transnacionais de mídia – Com a entrada de capital estrangeiro na mídia brasileira e a maior incidência das empresas de telecomunicações na disputa pelo controle da produção e distribuição de conteúdo, os jornalistas brasileiros estarão sujeitos ao predomínio de uma visão jornalística da realidade em parte responsável pelos erros e abusos cometidos pela imprensa internacional nos últimos eventos globais. Evitar que o noticiário nacional seja contaminado pelos interesses comerciais e ideológicos destes grupos é uma forma de contribuir para a democracia, valorizando o jornalismo.

3. Proposições

Para a implementação desses objetivos deve-se:

- Promover a informação plural e o debate público sistemático sobre ética, liberdade de imprensa e técnicas jornalísticas;
- Formar e capacitar profissionais, docentes e estudantes de jornalismo para a democratização do jornalismo e da comunicação;
- Estabelecer mecanismos de controle interno das relações de trabalho nas redações como forma de contribuir com a implementação efetiva do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ);
- Estabelecer formas de controle público sobre a atuação da imprensa a partir da criação de instâncias mediadoras, como os Conselhos Municipais e Estaduais de Comunicação;
- Revisar o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, promovendo um debate nacional sobre a conduta do profissional da imprensa;
- Combater a espetacularização do jornalismo na produção das notícias e na conduta dos profissionais de imprensa;
- Incentivar a criação de sistemas públicos municipais de comunicação, junto ao poder público local, com participação da sociedade em sua gestão.

4. Projeto Ombudsman da Mídia

Algumas ações práticas para se democratizar o jornalismo no Brasil:

4.1. Televisão

Com apoio de produtoras de vídeo e cinema, captando recursos a partir das leis de incentivo, a FENAJ viabilizará a produção de um programa semanal de 1 hora que trate de temas de interesse de jornalistas, jornalismo e mídia. Sua transmissão e/ou distribuição poderá ser concretizada com o apoio de entidades como Radiobrás, ABTU, Abepec, Astral ou TVs comunitárias. Nas grades de programação das operadoras de TV a cabo, poderá ser veiculado a partir de acordo com as mantenedoras dos canais básicos de utilização gratuita. Diante da realidade da regionalização no rádio e na TV, versões locais do mesmo programa poderão ser exploradas pelos sindicatos.

Em parceria com o FNDC, o Congresso Brasileiro de Cinema e a Campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania", captando recursos a partir das leis de incentivo, a FENAJ articulará a realização de um programa semanal de 30 minutos que debaterá o conteúdo da televisão brasileira. O foco central será a qualidade da programação da televisão a partir dos princípios constitucionais – nos moldes

da proposta de Ombudsman da Televisão Brasileira, especificada no documento “Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil” do FNDC.

4.2. Rádio

A FENAJ e seus sindicatos estaduais apoiarão a produção de programas de rádio em emissoras públicas e estatais. Os formatos sugeridos são os de mesas de debate ou entrevistas semanais que abordem temas ligados ao jornalismo e à comunicação social. O conteúdo deverá ser disponibilizado gratuitamente às emissoras de rádio comunitárias e universitárias que o requisitarem.

Em parceria com escolas de comunicação, a FENAJ incentivará a participação de estudantes de pós-graduação em radiojornalismo em projetos inovadores na experimentação de linguagens e técnicas de reportagem.

4.3. Mídia Impressa

Com a sustentação de seus sindicatos estaduais, e a captação de verbas de empresas privadas e estatais, a FENAJ editará um jornal mensal de distribuição nacional, no formato standard, com reportagens a respeito do jornalismo, com ênfase nas informações regionais. O conteúdo ficará a cargo da rede de jornalistas das assessorias de imprensa dos sindicatos, bem como de voluntários selecionados pela equipe de edição. A coordenação da produção ficará a cargo da Executiva da FENAJ. A mesma estrutura poderá contribuir para abastecer uma agência nacional de notícias sobre jornalismo, que intercambie informações e matérias com projetos semelhantes.

Em parceria com escolas de comunicação, buscando o apoio do Fórum de Professores de Jornalismo e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom), a FENAJ estimulará a publicação de uma revista acadêmica trimestral sobre jornalismo, democratização da comunicação e políticas públicas de comunicação.

4.4. Internet e tecnologias da informação

Por meio da página da FENAJ na internet, será criado um espaço onde uma equipe de jornalistas voluntários, com o apoio do Fórum de Professores de Jornalismo, por exemplo, fará a análise sistemática do noticiário nacional, com ênfase nas técnicas jornalísticas e na editorialização dos conteúdos – textos e imagens. O mesmo será enviado aos jornalistas em um formato de boletim semanal. No mesmo espaço, será estimulada a participação em tempo real de usuários (profissionais e estudantes) previamente cadastrados.

A FENAJ criará listas de discussão temáticas, coordenadas e estimuladas pelos departamentos específicos. Assim, todos os jornalistas brasileiros poderão opinar e receber informações a cerca da profissão e de temas sobre imprensa e mídia. Alguns temas sugeridos: Liberdade de Imprensa e de Expressão, Democratização da Comunicação, Precarização das Relações de Trabalho, Regulação e Políticas Públicas de Comunicação, Assessoria de Imprensa, Qualidade do Ensino de Jornalismo, Organização e Mobilização Sindical, etc.

Em parceria com o Fórum de Professores de Jornalismo, a FENAJ criará o portal “Jornalética”, destinado exclusivamente ao debate sobre ética e deontologia no jornalismo, com ênfase no debate sobre valores desprezados pelas empresas jornalísticas. O mesmo terá uma seção específica para denúncias – anônimas ou públicas - de arbitrariedades cometidas pelos veículos de comunicação no cerceamento da livre circulação de informações de interesse público.

Em parceria com escolas de comunicação, a FENAJ incentivará a participação de estudantes de pós-graduação em webjornalismo que apresentem projetos inovadores na experimentação de novas tecnologias aplicadas à reportagem/edição, com destaque para técnicas de reportagem assistida por computador (CAR).

Tese - Constituição de um Fundo de Apoio à Radiodifusão Comunitária e Universitária

Autor:

- Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal

Apesar da repressão, mantida e agravada pelo Governo Lula, contra os movimentos sociais que assumem a prática legítima e inquestionável da comunicação comunitária, e de uma legislação antidemocrática, as emissoras comunitárias vêm se multiplicando, muito embora as condições para o seu funcionamento, qualificação e expansão sejam profundamente adversas. A comunicação comunitária, além de enfrentar a repressão policial e uma lei que a coíbe, depara-se com uma penúria sistemática, impedindo sua regularidade e estabilidade.

Enquanto a mídia privada recebe todos os favores creditícios do Estado, a comunicação comunitária enfrenta a polícia e a ausência de mecanismos que permitam-lhe consolidação e qualificação. Tais mecanismos, inclusive, poderiam representar ampliação efetiva do mercado de trabalho, em fase de contração.

Sendo assim, os jornalistas se comprometem a lutar pela criação de um Fundo de Apoio à Radiodifusão Comunitária e Universitária Pública, constituído por um percentual a ser definido das verbas publicitárias oficiais destinadas à mídia comercial, sem prejuízo de outras fontes de recursos.

Nota-se um esforço por parte de universidades públicas para também operar na área da comunicação, tendência salutar que, igualmente, vem enfrentando a penúria de recursos que afeta também a educação pública superior, como consequência do desmonte do Estado, pregado pelo neoliberalismo.

Por isto, é indispensável que também a comunicação universitária, capaz de representar pluralidade e regionalização informativas, também seja atendida pelo Fundo aqui proposto como forma de ampliar as condições de atendimento do direito a informação da sociedade brasileira, hoje proibida, de fato, da leitura de jornal e revista, submetida a uma brutal desinformação pela ditadura midiática comercial.

Os jornalistas se comprometem a lutar pela criação de um Fundo de Apoio à Radiodifusão Comunitária e Universitária Pública, administrado por um conselho formado por representantes dos trabalhadores e da sociedade, que garanta meios de fiscalização e transparência cumprindo efetivamente as finalidades constitucionais.

Tese - Expansão e Consolidação das Mídias Públicas (educativa, legislativa, universitária e comunitária) – texto substituto

Autor:

- Aluisio Lopes (Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais), com adendo de Osnaldo Moraes (Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco)

Os jornalistas brasileiros se manifestam a favor da expansão da mídia e recomenda aos governos federal, estaduais e municipais a transparência na destinação de recursos públicos voltados ao setor, democratizando-se a distribuição de verbas publicitárias de forma a contemplar os veículos da mídia pública.

Os jornalistas defendem, como condição para a expansão da mídia pública, a criação de efetivos mecanismos de controle público na gestão de emissoras educativas e legislativas.

Trata-se de uma condição para que essas recebam recursos públicos ou sejam contempladas com a abertura de sinal de transmissão.

A FENAJ e os sindicatos encaminharão aos legislativos municipais, estaduais e federais solicitação de levantamento do quantitativo de jornalistas contratados fora de concurso que prestam serviços aos mesmos, para que se possa garantir o acesso a essas vagas por concurso público.

Regionalização da Produção

Tese - A regionalização da produção e da programação jornalística no rádio e na TV

Autor:

- Diretoria da FENAJ

Os jornalistas brasileiros sempre apresentaram propostas concretas para alterar o panorama da concentração dos meios de comunicação no Brasil. No que diz respeito à produção de conteúdo e desenvolvimento de mercados regionais com geração de emprego, esta contribuição foi qualificada no último ano nos trabalhos do Conselho de Comunicação Social a respeito do projeto de lei que dispõe sobre a regionalização da produção e da programação das emissoras de rádio e TV.

1. Breve histórico

A Constituição de 1988, em seu artigo 221, estabeleceu quatro princípios que devem nortear a produção e a programação das emissoras de rádio e TV. Um deles é o da regionalização da produção cultural, artística e jornalística, a partir de índices estabelecidos em lei (inciso III). O projeto de lei que encaminhou sua regulamentação, apresentado com o número de 256 em 12/3/91 pela deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), tramitou por mais de 12 anos na Câmara dos Deputados. Somente em 27/8/2003, com diversas modificações, o texto foi aprovado e seguiu para o Senado. Lá, já rebatizado como PLC n.º 59/2003, os senadores o encaminharam para receber parecer do Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso Nacional para os assuntos da área das comunicações.

Assim que chegou ao CCS, a matéria foi tratada como prioridade e contou com a participação decisiva dos dois representantes da categoria dos jornalistas. Para discuti-la, a Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, constituída em 26/6/2002, realizou quatro reuniões de trabalho no período de 1.º/12/2003 a 16/3/2004. Seus integrantes ouviram e receberam contribuições de mais de 20 pessoas, entidades e instituições. De jornalistas a executivos de emissoras de TV, passando

por produtores, cineastas, juristas, publicitários e parlamentares, foi a Comissão que mais exigiu dos conselheiros espírito público e desprendimento dos interesses imediatos.

Os participantes das audiências promovidas pelo CCS evidenciaram que a indústria de radiodifusão hoje apresenta uma verticalização acentuada em sua estrutura econômica, com uma concentração da produção do conteúdo e da verba publicitária no eixo Rio-São Paulo, com ênfase em três ou quatro concessionários de rádio e TV, e espaço reduzido na grade de programação para a veiculação de programas fornecidos pela produção independente. O trabalho da Comissão de Regionalização ainda evidenciou a necessidade urgente de o Brasil reconhecer sua diversidade cultural na programação dos meios de comunicação por meio deste estímulo à produção regional, gerando uma indústria deslocada de duas Capitais e, por isso mesmo, um outro olhar sobre o País.

Infelizmente, os empresários de comunicação se negaram a continuar o debate quando viram que uma nova proposta poderia viabilizar a regionalização de acordo com os princípios previstos pela Constituição Federal. Foram produzidos, no âmbito da Comissão, dois pareceres. Por 7 votos a 5, em 3/5/2004, o CCS aprovou a proposta que reivindicava a aprovação do projeto tal como veio da Câmara dos Deputados. Neste momento, o PLC n.º 59/2003 encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

2. Diagnóstico

Desde 1991, quando foi iniciada a trajetória de regulamentação do artigo 221 da Constituição Federal, a preocupação central do legislador foi com a necessidade de se desenvolver uma indústria de produtos audiovisuais com condições de representar a diversidade da cultura nacional e competir comercialmente tanto dentro quanto fora do Brasil. Até hoje, entretanto, o impacto do texto constitucional em relação à regionalização do jornalismo e seu mercado de trabalho nunca foi dimensionado ou sequer debatido de forma pública. Como uma contribuição fundamental dos representantes da categoria dos jornalistas, os trabalhos no CCS acabaram resultando em avanços que contemplam esta preocupação.

Se por um lado a especificidade do meio tratou de criar condições para que a produção de notícias no rádio permanecesse essencialmente regional e local, na TV a situação é inversa. A estruturação da radiodifusão brasileira, patrocinada pelos militares a partir de 1967, criou as figuras da cabeça-de-rede e das emissoras afiliadas. Ao aceitar firmar contratos pouco transparentes que a obriga a reproduzir quase integralmente a programação da "emissora-mãe", a geradora regional tem horários escassos para levar ao ar conteúdo jornalístico próprio ou contratado de uma produtora independente. Olhando para a grade de programação das TVs, verifica-se facilmente que às emissoras locais ligadas a redes nacionais comerciais é reservado menos de uma hora diária para se abordar assuntos de interesse específico da região.

Esta restrição ajuda a manter estagnados o mercado de trabalho para jornalistas e a qualidade do conteúdo informativo gerado em estados e municípios fora da região Sudeste uma vez que 90% das emissoras de TV do País estão vinculadas às seis principais redes nacionais privadas (Globo, SBT, Record, Bandeirantes, Rede TV! e CNT). As emissoras locais que mais investem para preencher esta lacuna com jornalismo contratam mão-de-obra qualificada, mesmo que remunerando mal, e mantêm redações de porte razoável. As que menos investem possuem pelo menos uma equipe de repórter, cinegrafista e motorista para fornecer matérias ao telejornal do eixo Rio-São Paulo.

O texto em debate no Parlamento estabelece uma escala onde quanto maior for o número de receptores do município, maior será a obrigação de produção regional. Outro fator de fomento ao jornalismo regional encontra-se no princípio do estímulo à produção independente (inciso II do artigo 221). O texto aprovado na Câmara dos Deputados prevê que 40% do conteúdo regional exibido pelas TVs seja fornecido por produtoras sem vínculos com a emissora contratante. Espaço que poderia ser ocupado, por exemplo, por jornalistas realizadores de documentários e programas informativos dos mais variados formatos.

Constata-se que as 393 emissoras de TV aberta em VHF listadas pelo Ministério das Comunicações encontram-se localizadas em 198 municípios. Deste total, verifica-se que apenas dois enquadram-se na faixa superior das exigências: Rio e São Paulo. Identifica-se, também, que apenas outros três – Salvador, Belo Horizonte e Brasília – encontram-se na faixa intermediária das exigências. Isto é, todos os demais 193 municípios (97% do total) que sediam 351 emissoras (89% do total), de acordo com o PLC n.º 59 serão base para fixação a estas emissoras da exigência mínima de exibição de produção regional, que oscilariam apenas entre dez e três horas semanais, conforme a região geográfica onde se encontram localizadas.

3. A proposta da FENAJ

A FENAJ acredita que com melhorias no texto do PLC n.º 59/2003 seria possível alterar sensivelmente esse cenário com vistas a ampliar o conceito de regionalização e definir os termos de inserção da produção e da programação jornalística na regulamentação do artigo 221 da Constituição Federal. Esta correção de rumo permitirá que no estabelecimento de regras para a veiculação de produção regional o jornalismo seja beneficiado tanto quanto as manifestações artísticas e culturais veiculadas no rádio e na TV.

Para que isso ocorra, entretanto, o texto que tramita no Senado precisa incorporar aperfeiçoamentos como os que seguem:

- O fortalecimento da correspondência do projeto com os princípios constitucionais;

- Uma maior e melhor especificação de suas definições conceituais e das exigências estabelecidas quanto à regionalização e à exibição da produção audiovisual, cinematográfica e videofonográfica nacional;
- Ampliação dos estímulos à produção e à exibição de obras audiovisuais, cinematográficas e videofonográficas nacionais, independente ou não;
- Mobilização do Poder Executivo para a formulação e a implementação de uma política de efetivo estímulo à produção audiovisual, cinematográfica e videofonográfica nacional.

Inspirados nestas diretrizes, os jornalistas defendem que o projeto da regionalização da produção e da programação no rádio e na TV incorpore definição objetiva sobre o significado das expressões "programação artística, programação cultural e programação jornalística" da forma que segue:

- Programação Jornalística – telejornais, programas informativos, entrevistas e reportagens;
- Programação Artística – apresentações musicais, espetáculos de teatro, ópera, circo, dança, obras audiovisuais de ficção, animação e de teledramaturgia, em modalidades como novelas, seriados, séries e minisséries;
- Programação Cultural – documentários, programas religiosos, mesas-redondas, debates e espetáculos esportivos.

Outra melhoria a ser incorporada é a visão pela qual será considerada regional "a produção artística, cultural e jornalística produzida no município, no estado ou na região geográfica onde está sediada a emissora do serviço de radiodifusão de sons e imagens". Com isso, escapa-se da armadilha que poderia permitir a uma emissora produzir conteúdo local somente para e no município onde se encontra, reforçando a atual concentração dos meios de produção audiovisual nas Capitais de estado ou nas principais cidades brasileiras.

Contribuirá para romper esta lógica, que favorece as redes comerciais de TV e a atual estrutura do sistema de radiodifusão brasileiro, a inclusão de cotas que permitirão a livre circulação de produção gerada em um determinado local através das demais regiões do Brasil. A intenção de estabelecer uma faixa para a distribuição da produção regional pelo país afora busca limitar a imposição de excesso de conteúdo de uma mesma região sobre outra. Ao mesmo tempo, possibilitará a troca de conteúdos entre regiões, estados e municípios, favorecendo a diversidade cultural e viabilizando que uma amostra da produção realizada em regiões geográficas distintas daquela onde se situa a emissora sejam conhecidas.

Considerando o exposto, os jornalistas brasileiros trabalharão para:

- Ampliar o conceito de regionalização contido no PLC n.º 59/2003 e inserir a definição de programação jornalística no texto;
- Dentro do Congresso Nacional, buscar o aperfeiçoamento da regulamentação do artigo 221 da Constituição Federal, valendo-se das propostas acima e de novas contribuições que busquem aprimorar a matéria em tramitação no Senado Federal;
- Inexistindo base de acordo para a incorporação de melhorias ao PLC n.º 59/2003, perseguir a aprovação do texto integral do projeto de lei, tal como encaminhou a maioria dos membros Conselho de Comunicação Social.

Tese - Apoio à Proposta do presidente Hugo Chavez de constituição da TV do Sul – texto substituto

Autor:

- Celso Schoreder

Os jornalistas brasileiros apóiam o governo brasileiro a constituir junto com os governos dos países da América do Sul, um canal internacional para produzir e distribuir conteúdos de caráter contra-hegemônico a partir dos interesses sul-americanos.

Propomos um canal gerido e administrado por 1/3 integrantes do governo, 1/3 de trabalhadores de comunicação e 1/3 de representantes da sociedade civil.

O objetivo é articular a construção de uma identidade do bloco sul-americano.

Organização Sindical

Tese - Jornalista de Imagem é Jornalista – texto de formação

Autores:

- Fred Ghedini e Renato Yakabe, presidente e diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e Rubens Chiri, presidente da Arfoc-SP.

Parece absurdo, mas é um tanto comum ouvir de colegas com anos de profissão a seguinte frase: "O jornalista e o fotógrafo estavam na entrevista". A formulação contém dois erros. O primeiro é que tanto um quanto o outro são jornalistas. As diferenças são, primeiro, que aquele que recebe a designação de jornalista no exemplo em questão exerce uma função de texto e o segundo uma função de imagem. A segunda é que o nome correto é repórter fotográfico, e não fotógrafo. Mas, se fosse apenas um problema de uso incorreto de uma expressão, até que seria menos grave. O fato é que há muitos jornalistas de texto que não vêem seus colegas de imagem como sendo jornalistas de pleno direito, ou sequer como jornalistas. O que encerra desinformação e, não raro, preconceito.

Também é absolutamente comum, em visitas às redações, desde as maiores até as menores empresas, encontrar colegas trabalhando em funções de diagramação ou de ilustração (webdesigner, infografista etc.) que, quando perguntados se são jornalistas, dizem: "Não, sou webdesigner". Ou então: "Não, sou da arte".

Essas situações mostram que existe uma grande desinformação entre os colegas, o que se reproduz nos Recursos Humanos das empresas e, não raro, implicam essas pessoas serem remuneradas abaixo do piso salarial da categoria.

Para fazer frente a essa situação, iniciamos um trabalho conjunto - Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos de São Paulo -, no sentido de esclarecer os colegas que trabalham na área de imagem, sejam eles repórteres fotográficos, repórteres cinematográficos, ilustradores ou diagramadores, que todos são jornalistas, pois a legislação que regulamenta a profissão define de forma muito clara essa questão. Essas informações devem, também, ser levadas ao departamento de pessoal ou de recursos humanos das empresas.

O básico é o seguinte:

Para quatro funções jornalísticas, o Decreto-Lei 972/69 e o Decreto 83.284/79, que modificou o primeiro, não exigem a formação superior específica em graduação nos cursos de jornalismo ou de comunicação - habilitação jornalismo.

O texto legal - inciso III do Artigo 4.º do Decreto 83.284 -, diz que é necessário, para a obtenção do registro profissional em qualquer Delegacia Regional do Trabalho, a apresentação do "diploma de curso de nível superior de jornalismo ou de comunicação social, habilitação jornalismo, fornecido por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da lei, para as funções relacionadas nos itens I a VII do art. 11". Exclui-se dessa exigência, portanto, as funções descritas nos incisos VIII (Ilustrador), IX (Repórter Fotográfico), X (Repórter Cinematográfico) e XI (Diagramador).

De fato, a exclusão da exigência da formação superior para os jornalistas de imagem é uma discriminação contra os profissionais que exercem essas funções. Eles não necessitariam estudar para exercer suas funções. Ou, dito de forma pejorativa, eles "poderiam ser mais ignorantes".

Outro problema é que o registro profissional dos colegas que exercem funções de imagem são registros específicos para o exercício daquelas funções. Já o jornalista diplomado pode exercer qualquer uma das funções jornalísticas existentes (não simultaneamente no mesmo emprego, o que configura acúmulo de função e ajuda o patronato a eliminar empregos em nossa profissão). Já o repórter fotográfico só pode exercer, como jornalista, a função de repórter fotográfico. Se ele tiver formação para isso e quiser ser diagramador, tem que tirar um novo registro específico. Se quiser trabalhar com texto jornalístico, tem que fazer a faculdade e obter o seu registro de jornalista diplomado. A mesma coisa para o ilustrador, o repórter cinematográfico e o diagramador.

Por não concordarem com essa diferenciação, desde o Congresso Nacional dos Jornalistas de Curitiba, em 1994, os jornalistas brasileiros decidiram lutar para que também nas funções aqui chamadas genericamente de "jornalismo de imagem" passe a ser exigida a formação específica de nível superior.

Essa reivindicação foi contemplada no projeto de Lei Marcelo Barbieri, que ficou anos tramitando no Congresso Nacional. O ex-deputado Barbieri não se reelegeu e o seu projeto de Lei foi arquivado. No texto elaborado pelo FENAJ que hoje tramita no Congresso Nacional, o projeto de Lei do Pastor Amarildo (PL 708/2003), não se toca nessa questão. Esse projeto só altera as definições das funções, mas não inclui a exigência de formação superior para os jornalistas de imagem. O que é um problema, pois essa é uma decisão antiga de um congresso da categoria.

Como argumento para não incluir essa questão no PL 708 está o fato de que não interessa, hoje, levar ao Congresso Nacional o debate diploma/não diploma. Já temos essa pendência na Justiça e seria melhor não abrir nova frente de batalha, enquanto não vencemos aquela que está em andamento. Daí a idéia de lutar para conquistar o Conselho Federal de Jornalismo e, uma vez com o Conselho instalado, fazer essa e outras modificações, pois o CFJ passará a ser o órgão responsável pela regulamentação da profissão.

Portanto, continua em vigor o que determina a legislação. Assim, o que devemos fazer de imediato é divulgar amplamente a informação de que todos aqueles que exercem as funções como jornalistas de imagem, devem obter os seus respectivos registros profissionais enquanto é tempo. Quando tivermos condições de implantar uma mudança na legislação, passando a exigir a formação superior para todos os profissionais jornalistas, só então, a partir dessa mudança, será exigida a formação superior para os jornalistas que trabalham em funções de jornalismo de imagem.

Também devemos incentivar nossos colegas da área de imagem a fazer o curso de jornalismo.

Muitos têm feito isso, com ganhos importantes para sua formação e informação. Aqui, vale o argumento utilizado nas conversas com as pessoas que tem tirado seus registros precários: estudar não tira pedaço de ninguém. Ao contrário, acrescenta conhecimento e cultura.

Outro problema é que há um sem número de nomes para designar atividades que estão perfeitamente dentro do que prevê nossa legislação. Isso ajuda a confundir ainda mais a cabeça das pessoas. Veja a seguir uma “tradução” entre algumas denominações existentes no mercado de trabalho e os nomes que constam da legislação:

- Repórter fotográfico: também estão nessa categoria o chefe de fotografia, o editor de fotografia, o sub-editor de fotografia;
- Repórter cinematográfico: na verdade, esse profissional deveria ser chamado de repórter cinevideográfico, pois o que ele faz geralmente é ser um repórter de vídeo. Estão nessa categoria os chefes dos cinegrafistas, coordenadores e outros nomes das chefias da área;
- Ilustrador: chargista, cartunista, infografista, artista gráfico, desenhista;
- Diagramador: designer, webdesigner, editor de arte, sub-editor de arte, assistente de arte, chefe de arte e, em alguns jornais, paginador (não confundir com o paginador gráfico).

Todas essas atividades, quando realizadas para publicações jornalísticas, devem ser tratadas como funções jornalísticas. Portanto, os profissionais que exercem tais funções nos veículos jornalísticos tem, obrigatoriamente, que ter o registro profissional (MTb). Um infografista que ilustre livros didáticos, por exemplo, não se enquadra nas definições das funções jornalísticas, embora possa estar fazendo algo bastante semelhante ao que faz um outro profissional que realiza infografias para revistas.

Tendo esse quadro em mente, a FENAJ precisa promover, juntamente com os Sindicatos, em todo o País, uma ampla campanha de esclarecimento e, em seguida, de regularização dos colegas que realizam funções jornalísticas na área de imagem, mas que não têm seus respectivos registros profissionais.

Tese - Rede Intersindical dos Jornalistas – texto de recomendação

Autor:

Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina

Assembléias esvaziadas, desinteresse dos profissionais pelos trabalhos desenvolvidos pelos sindicatos, descrédito nas soluções e na luta coletiva, desemprego, subemprego e retirada dos direitos trabalhistas. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, principalmente a partir da década de 80, afetaram e muito o movimento sindical brasileiro.

Para enfrentar essas dificuldades e recuperar a participação ativa dos jornalistas na defesa de seus próprios interesses trabalhistas, sociais e econômicos, é necessário, entre outras coisas, fazê-los ver que seus problemas são comuns a todos os profissionais brasileiros.

Somos profissionais da comunicação e vivemos na era da informação. Deveríamos estar aproveitando melhor as possibilidades que hoje existem para produção e circulação de informações, fazendo com que isso fortaleça a luta da FENAJ e dos sindicatos. Uma rede que permita a circulação das informações regionais para todo o País pode ajudar a quebrar o isolamento de cada sindicato.

Temos clareza de que não será apenas a criação desta rede que irá trazer os profissionais para a luta. Mas ela pode vir a se constituir em um importante instrumento para sensibilizá-los para a coletividade dos problemas. Pois se os problemas são comuns, também as respostas precisam vir através de lutas coletivas. Além disso, ter o conhecimento do que se passa em outras partes do País pode socializar também a criatividade que cada um aplica nas soluções particulares, estimulando a criação de novas saídas regionalizadas.

Levar informações aos jornalistas que atuam por este Brasil só irá contribuir para o trabalho dos sindicatos e da Federação. Ao conhecer os percalços e os momentos de glória da luta sindical, o profissional terá mais elementos para ser crítico em relação às empresas e a dirigentes ineficientes ou mal-intencionados, poderá entender melhor como funciona a luta pelos direitos trabalhistas, e com isso se incorporar ao movimento sindical.

Essa troca de informações é especialmente importante para dirigentes, diretores de base e jornalistas que têm participação ativa nas atividades do movimento sindical. Desta forma, eles estarão melhor informados sobre o que acontece nos outros sindicatos e conhecerão melhor as formas encontradas pelos demais sindicatos para vencer as dificuldades.

1. Problemas

A falta de uma ligação mais efetiva entre os diversos sindicatos que compõe a FENAJ faz com que dirigentes não vislumbrem soluções ou oportunidades. É comum receber notícias de outras partes do País com dias - às vezes meses - de atraso. Mas também é muito comum não receber notícia alguma sobre diversas entidades.

A ausência de assessores de imprensa na maioria dos sindicatos ajuda a explicar esse silêncio. Mas onde problemas financeiros impedem a contratação de um profissional, a própria diretoria deveria tomar a frente do envio de notícias para a Federação e para os demais sindicatos.

Porque essa falta de informações faz com que estejamos nos pautando, em assuntos de nosso próprio interesse, por veículos externos à rede sindical vinculada à FENAJ.

Notícias sobre todas as negociações salariais, os problemas encontrados, os índices oferecidos ou negociados, sempre são importantes. Mas precisam:

- Chegar aos dirigentes de todos os estados;
- Chegar em "tempo real", ou seja, com um pequeno intervalo entre a ocorrência do fato e o dia em que ele chega aos outros sindicatos e à FENAJ.

As ferramentas anti-spam são outro entrave à nossa comunicação por meio eletrônico. Geralmente gerenciadas pelos provedores contratados pelos sindicatos, elas identificam os endereços que enviam e-mails em massa - como os boletins disparados por diversos sindicatos - e não aceitam mais e-mails disparados por estes endereços. Desta forma é quebrado o contato entre sindicatos pela via eletrônica, a mais econômica forma de comunicação utilizada atualmente. Em Santa Catarina, ao constatarmos que os e-mails enviados para alguns sindicatos retornavam, disparamos algumas mensagens solicitando que nossos e-mails fossem aceitos. Mas sequer recebemos resposta às nossas solicitações, provavelmente pelo fato de esse ser um problema geralmente desconhecido, ou talvez porque ainda não existe um espírito de rede, de integração, que tome esse problema algo importante de ser sanado.

2. Experiências positivas

No início de maio a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) decidiu construir uma rede de comunicação para o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esta foi uma das principais decisões tomadas durante o Seminário Nacional de Comunicação da Contag, que aprovou a criação de um Coletivo Nacional de Comunicação. O papel do conselho será o de discutir e implementar uma política unificada de comunicação para o movimento sindical no campo.

A CUT/SC também decidiu por caminho semelhante, durante o Seminário Estadual de Comunicação realizado no início de junho. A rede, baseada principalmente na internet, terá como objetivo alimentar dirigentes com informações e evitar a repetição de trabalho dos assessores. Permitirá também - esta pelo menos é a idéia - alimentar rádios, TVs e jornais comunitários e alternativos com informações do movimento sindical. Um site atualizado diariamente foi considerado o principal instrumento para a formação da rede, pois pode ser acessado de qualquer parte do planeta por qualquer pessoa.

Dentro do movimento sindical dos jornalistas, algumas experiências de trabalho já foram realizadas. Uma delas, o boletim eletrônico que a FENAJ edita para a campanha em defesa da regulamentação profissional, trouxe uma série de idéias e mostrou diversos problemas a ser enfrentados para a formação desse rede entre os sindicatos de jornalistas. Ele mostrou, por exemplo, que é uma tarefa árdua obter informações dos sindicatos, mesmo daqueles que contam com assessoria de imprensa. Não temos a cultura de rede, a cultura de divulgar nossas ações nacionalmente, para todos os jornalistas e para todos os sindicatos. O envio descentralizado do boletim mostrou o quanto ainda somos desarticulados: quando um jornalista pedia para não mais receber o boletim, como descobrir qual sindicato deveria ser acionado para retirar a pessoa do cadastro? Algumas vezes, quando ocorriam eventos regionalizados, recebíamos informações sobre ele durante diversas semanas, às vezes durante meses, pois os sindicatos não se preocupavam em enviar as notícias logo após o evento.

A experiência de montagem deste boletim nos explicitou a necessidade de formarmos uma rede de comunicação.

3. O que são redes

Redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e/ou temáticas comuns. Elas se estabelecem por relações horizontais, interconexas e em dinâmicas que supõem o trabalho colaborativo e participativo, e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes.

Além disso, redes são comunidades. O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns, interconectando ações e projetos.

A participação dos integrantes de uma rede é o que a faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. O alicerce da rede é a vontade de seus integrantes. Só quando estão ligados uns aos outros e interagindo é que indivíduos e organizações mantêm uma rede. A colaboração entre os integrantes deve ser uma premissa do trabalho. A participação deve ser colaborativa.

Numa rede, a informação circula livremente, emitida de diversos pontos, sendo encaminhada de maneira não linear a muitos outros pontos, que por sua vez também serão emissores de informação. O importante nesses fluxos é a realimentação do sistema. Cada ponto da rede é um centro em potencial.

Uma rede pode se desdobrar em múltiplos segmentos autônomos, temporários ou permanentes, com objetivos específicos.

4. A proposta

Para possibilitar que todos os sindicatos de jornalistas do País saibam o que acontece fora de sua base, mas dentro do movimento sindical dos jornalistas brasileiros, a constituição de uma rede de informações estimulada pela FENAJ é fundamental.

Para que ela exista efetivamente é necessário que os assessores de imprensa e os diretores de comunicação dos sindicatos regionais/estaduais enviem suas notícias periodicamente para a FENAJ - que as publicará no site da Federação - ou publiquem diretamente no site da FENAJ (via formulários em php, com senhas de acesso). Essa última opção só deve ser útil caso a FENAJ não possa contratar um assessor de imprensa, pois caso isso seja feito será da responsabilidade deste profissional a publicação dos materiais recebidos.

Para estimular o acesso às informações, a FENAJ deve enviar boletim eletrônico aos sindicatos, periodicamente, ressaltando os principais assuntos ou manchetes publicados. Podem ser criados diferentes boletins, para públicos diversos (dirigentes da FENAJ, dirigentes sindicais, assessores de imprensa, jornalistas, veículos de comunicação, etc.). As periodicidades devem ser definidas de acordo com cada público-alvo. O fundamental é que todo o material enviado tenha formatação jornalística.

Alavancar e manter essa rede dependerá de três pontos:

- A reformulação do site da FENAJ, de forma a que ele traga esse conjunto de notícias de todas as partes do País em destaque;
- A contratação de um assessor de imprensa que faça o trabalho de contato entre federação e sindicatos e gere o material informativo da federação;
- A indicação de um dirigente da FENAJ que seja responsável pela comunicação.

O assessor de imprensa é o profissional que estará, no dia-a-dia, responsável por manter a rede na internet (cuidando do site, enviando boletins, estimulando o contato, entre outras possíveis tarefas).

O diretor de comunicação deverá ser o responsável por efetuar, junto aos sindicatos, uma política de estímulo e apoio à produção e distribuição de notícias regionais. Pois se as notícias não forem enviadas, e em tempo hábil para a publicação sem que fique desatualizada, a rede não irá funcionar. Os sindicatos precisam, portanto, estar convencidos da importância da articulação e manutenção desta rede de informações, assim como da importância em serem ágeis na distribuição das informações. Isso é fundamental para a efetiva criação e manutenção da rede, pois sabemos que muitos sindicatos hoje não possuem assessores de imprensa.

Politicamente, essa rede é importante também porque o site da FENAJ - hoje um espaço com pouco poder de comunicação, atualizado apenas esporadicamente e que não dá o devido destaque à produção de notícias como a do boletim da campanha pelo diploma - pode se tornar referência para quem quiser informações sobre as questões trabalhistas dos jornalistas brasileiros. Hoje os sindicatos dependem apenas de seus próprios jornais e sites, ou de veículos externos, como o Comunique-se ou a Revista Imprensa, para falar dos seus problemas para os jornalistas. Construir um espaço da FENAJ que aborde tais temas é, portanto, fundamental, para podermos pautar a agenda de discussões do jornalismo brasileiro.

Tese - Fortalecer a Apijor: uma tarefa da FENAJ e dos Sindicatos de Jornalistas de todo o País – texto de recomendação

Autores:

- Fred Ghedini, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e vice-presidente Sudeste da FENAJ e Paulo Cannabrava Filho, presidente da Apijor.

Criada em 2000, a Apijor - Associação Brasileira de Propriedade Intelectual dos Jornalistas vem se estruturando lentamente em nível nacional. Até o momento, conta com poucos sindicatos de jornalistas filiados. Como a questão do Direito Autoral é cada vez mais importante para os profissionais brasileiros, e como a legislação que garante aos jornalistas esse direito exige a formação de uma Associação de caráter específico para a concretização da defesa desses interesses, é fundamental que os Sindicatos de Jornalistas de todo o País e a própria FENAJ apoiem mais efetivamente a construção dessa organização, que é a nossa Apijor.

Para conseguir esse compromisso dos Sindicatos de Jornalistas propomos que, durante os debates deste XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas, no momento em que se colocará em discussão esta tese, seja aberto um tempo para informar os colegas do que tem sido feito e do que é necessário fazer para avançar mais rapidamente no fortalecimento da Apijor.

Tese - Criar uma interação entre as Comissões de Registro e Fiscalização do Exercício Profissional dos Sindicatos em nível nacional é fortalecer os embriões dos futuros Conselhos Regionais de Jornalismo – texto de recomendação para a FENAJ

Autores:

- Renato Yakabe e Fred Ghedini, respectivamente da Comissão de Registro e presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

A CORFEP - Comissão de Registro e Fiscalização do Exercício Profissional do Sindicato de Jornalistas de São Paulo, propõe à FENAJ que a atividade inerente a essas Comissões seja incluída na pauta de trabalho dessa Diretoria que assume em nova gestão.

Esta solicitação se baseia na absoluta falta de informações sobre o trabalho das Comissões em outros estados, informações estas que poderiam auxiliar e padronizar várias atividades em todo o País. A concentração de informações em um só local eliminaria dúvidas, criaria procedimentos e subsidiaria Sindicatos com dificuldades na organização de tais Comissões.

Com a crescente demanda envolvendo denúncias trabalhistas, registros precários, encaminhamentos jurídicos e outras ações, e visando o prosseguimento da Campanha Contra a Precarização, acreditamos ser de grande utilidade a criação de um canal de comunicação entre as Comissões. Isto poderia ser feito por meio de um chat, por um boletim eletrônico ou uma espécie de intranet dentro do site de FENAJ, onde se possa alojar informações, enfim, criar um canal ágil de acesso que possa servir como ferramenta para uso diário. Alguns levantamentos a serem feitos e questões a serem debatidas:

- Todo Sindicato filiado à FENAJ tem Comissão de Registro e Fiscalização?
- Quais os procedimentos para a concessão de registros profissionais para os jornalistas de imagem em cada Sindicato? E para o recém-formado?
- Como está sendo o contato entre as Comissões e as DRTs? Há conflitos?
- Como são formadas as Comissões nos sindicatos? Quais os critérios? Quantos integrantes?
- Qual o procedimento adotado em relação a pedidos de sindicalização e emissão de carteira de identidade da FENAJ em relação aos "precários"?
- Os membros das Comissões têm clareza sobre a nossa regulamentação profissional?
- Como são feitos os pedidos de fiscalização em empresas com problemas?
- Há regras para verificação do andamento dos processos de fiscalização junto às DRTs?

Essas questões - e muitas outras - poderão ser debatidas e esclarecidas se houver um canal de comunicação, com ferramentas adequadas. Isto possibilitará a troca de experiências e dificuldades, em um momento em que os sindicatos precisam estar atentos e planejar ações conjuntas. Só assim poderemos enfrentar as variadas formas de ataques contra a ética e a precarização da nossa profissão.

É importante ressaltar, ainda, que essas comissões devem ser vistas, em alguma medida, como embriões dos futuros Conselhos Regionais e locais de Jornalismo, pois a elas cabe realizar parte das atribuições que, esperamos num futuro breve, serão delegadas ao Conselhos. Portanto, é urgente iniciar esse trabalho de homogeneização de procedimentos e do próprio conhecimento adquirido em cada base sindical.

Cabe, portanto, à próxima direção da FENAJ, que assume neste XXXI Congresso Nacional dos Jornalistas, criar as condições para que essa interação se dê, apoiando-se nos Sindicatos para auxiliá-la naquilo que for necessário ao desempenho dessa tarefa.

Mensagem sobre jornalistas aposentados – texto recomendado**Autor:**

- Manoel Bezerra Junior, observador e representante dos jornalistas aposentados de São Paulo

Falo como integrante e observador da delegação paulista a este Congresso dos Profissionais da Imprensa.

Pertencço à Diretoria da Associação dos Jornalistas Profissionais Aposentados no Estado de São Paulo (AJAESP), entidade que reúne numerosos jornalistas aposentados naquele estado da federação. Um dos problemas que mais nos tem preocupado é o débito do Instituto Nacional do Seguro Social para com 1,8 milhão de aposentados, incluindo jornalistas.

No dia 23 de julho último, o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinou medida provisória visando corrigir as aposentadorias e pensões. Essa revisão poderá chegar a 39,67%, referindo-se à não incorporação do índice de reajuste do salário mínimo no cálculo dos benefícios durante o período de implantação do Plano Real. Quem recorreu à Justiça terá que assinar um documento renunciando ao processo.

Segundo o cronograma anunciado, o aposentado de mais de 70 anos, já com ação judicial até R\$ 2 mil de crédito vai receber seu dinheirinho no ano que vem e em 12 parcelas mensais. O prazo máximo para receber os atrasados é de oito anos, em 96 parcelas, para os aposentados com menos de 60 anos.

Esse documento pode ser firmado até junho de 2005. Essa medida provisória está sendo contestada pelo presidente da Confederação Brasileira de Aposentados (Cobap), que deixou de comparecer à cerimônia de assinatura da medida provisória, que contou com a presença da CUT e da CGT. João Resende, presidente da Cobap, disse: “se eu for à Justiça, posso ganhar em um ano e meio o que tenho direito. Então, por que devo esperar oito anos?” Esclareceu que enviaria ao presidente Lula documento a respeito. Esclareceu, ainda, que a Cobap lutará no Congresso Nacional para modificar essa medida provisória. A Cobap representa mil associações e 23 mil federações de aposentados no País.

Eis aqui uma questão importante que merece a atenção dos aposentados, mas não só.

Nossa expectativa, ao trazer esse assunto à apreciação dos colegas jornalistas neste Congresso, é colocar para a nova diretoria da FENAJ a necessidade de uma atuação que atenda os interesses dos jornalistas aposentados de todo o País, nesta questão específica que trazemos agora e em todas as demais que nos atingem.

Saúde e Previdência

Tese - Pela realização do I Encontro Nacional de Saúde do Jornalista

Autores:

- Sueli de Freitas, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo; José Augusto Guto Camargo, diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, eleitos para o Departamento de Saúde da FENAJ.

Existem poucos estudos específicos sobre a saúde dos trabalhadores do setor de comunicação. Um deles, de julho de 1990 (Doenças profissionais em comunicação social) de autoria de Sílvio Júlio Nassar, da UERJ, afirma:

“Doenças do estômago, coração, alcoolismo e drogas, problemas de coluna e esgotamento são as doenças mais frequentes. Na mostra colhida em dois anos, o câncer e o infarto foram as doenças que mais causaram a morte. Em 55 casos analisados, foram 10 mortes por câncer e 25 do coração. Cinco por acidente, quatro de problemas de cérebro, quatro de pulmão, dois tiveram septicemia, dois foram mortos, dois se mataram e um não anunciada a causa da morte.”

Outro estudo mais recente, Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista, de autoria de José Roberto Heloni (Fundação Getúlio Vargas - SP) apresenta indicativos não muito diferentes e conclui:

“As organizações, pressionadas pelo processo de globalização, substituem cada vez mais o homem pela máquina, implementam novas tecnologias e obrigam o jornalista a adaptar-se freneticamente a elas. Assim sendo, o seu corpo, que é o seu instrumento de trabalho, se “ressente” e a sua mente se “surpreende” como se pode inferir através da observação dos consideráveis níveis de estresse.”

Na cidade de São Paulo, pesquisa realizada pelo jornalista José Augusto Camargo (Guto) junto ao Programa de Aperfeiçoamento da Informação de Mortalidade (Pro-Aim) confirma estes dados ao apontar como maior causa identificada de óbitos entre os jornalistas as doenças isquêmicas do coração (infarto) com 64 mortes entre os anos de 1996 e 2003, seguida pelos diversos tipos de cânceres, com 62 ocorrências.

Mesmo sem qualquer metodologia científica, os jornalistas podem observar na prática que o ambiente das redações é altamente estressante e as conseqüências desta situação são sentidos no cotidiano; hipertensão, doenças do coração, sofrimento mental, distúrbios no sono e no apetite, entre outros vários males. Vários profissionais também relacionam o uso de álcool e drogas a uma forma de reação psicológica a este ambiente opressivo.

A prática e a observação do dia-a-dia nas redações apontam como os maiores agravos à saúde dos jornalistas, causados pelo exercício profissional, as Lesões por Esforços Repetitivos - LER (também chamadas de Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho - DORT). Este problema tem causado afastamento do trabalho, e mesmo aposentadorias precoces, em praticamente todas as redações do Brasil.

Outra questão que atualmente vem chamando a atenção dos jornalistas, e que a maioria não relaciona com o trabalho, são os agravos e óbitos ocorridos por decorrência de fatores externos, ou seja, a violência que vitimou dezenas de profissionais nos últimos anos. A parte as situações típicas da violência urbana, a qual toda a população está sujeita, tais como assaltos, seqüestros etc. Casos como o assassinato do repórter Tim Lopes, quando apurava uma matéria nos morros do Rio, ou do repórter fotográfico La Costa, morto durante a cobertura de uma invasão de terras em São Paulo, são na verdade mortes por acidentes de trabalho.

Estes acontecimentos, e dezenas de outras agressões, ameaças e ferimentos resultante da cobertura de conflitos ou em decorrência de matéria publicadas, são resultado das condições de trabalho nas quais o profissional está inserido, portanto, não são apenas resultados de situações sociais injustas que degeneram em violência. Estes riscos são conhecidos, tanto pelas autoridades como pelas empresas

que submetem seus trabalhadores a estas condições, sem o devido preparo, equipamento ou apoio externo.

Do que foi brevemente exposto, sem prejuízo das ações mais gerais como a busca da qualidade no atendimento público, a superação da alta concentração de renda que fomenta a violência, nas quais todos os trabalhadores e sindicatos devem se envolver, a luta pela qualidade de vida e pela saúde do jornalista passa prioritariamente pela sua condição de trabalho.

Em razão deste contexto, e para cumprir seu objetivo, o Departamento de Saúde e Previdência da FENAJ deve se voltar, prioritariamente, para as relações e condições de trabalho a que estão sujeito os jornalistas.

Os Sindicatos, suas representações nos locais de trabalho, diretores e jornalistas que atuam na área da saúde são os atores mais indicados para promoverem estas mudanças, pois a FENAJ institucionalmente, não pode se responsabilizar pelo trabalho em cada redação do País.

Neste contexto, a FENAJ deve ser a instância de proposição, incentivo e acompanhamento da aplicação de políticas comuns aos Sindicatos, em uma grande articulação nacional visando superar as condições que agravam e comprometem a saúde dos jornalistas.

Para dar início a este processo de articulação entre os Sindicatos, a FENAJ deve realizar, em março de 2005, em São Paulo, o I Encontro Nacional de Saúde do Jornalista, com o objetivo informar os representantes sindicais sobre a constituição legal do setor de saúde do trabalhador, as particularidades da atuação sindical na área e organizar uma agenda de atividades para o ano.

Com esta medida simples, a FENAJ pode dar início a um importante trabalho sobre a saúde do jornalista, uma área ainda pouco desenvolvida em nossos sindicatos.

Tese - A Previdência Complementar dos Jornalistas Brasileiros – texto recomendado

Autores:

- Fred Ghedini e Nelson Sato, respectivamente - respectivamente presidente e assessor técnico do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

APÓS O I SEMINÁRIO SOBRE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PARA JORNALISTAS, DEVEMOS AVANÇAR NA FORMULAÇÃO DE UMA PROPOSTA QUE CONTEMPLE OS INTERESSES DA CATEGORIA NESTA ÁREA

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo vem discutindo previdência complementar há algum tempo. No ano passado a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil S/A estiveram em nosso Sindicato para expor os seus produtos de previdência aberta. Por uma série de fatores, não houve continuidade nas conversas com as duas instituições, mesmo porque, o Governo Federal já mostrava sinais de que haveria novidades no setor: a possibilidade de os sindicatos poderem ter a sua previdência complementar.

Na reunião do Conselho de Representantes da FENAJ, realizada nos dias 27 e 28 de março, no Rio de Janeiro, os Sindicatos de jornalistas de Minas Gerais, do Município do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a FENAJ, resolveram realizar o I Seminário sobre Previdência Complementar para Jornalistas. O evento ocorreria no Sindicato de São Paulo, e este se encarregaria, também, da parte operacional do seminário. Foi elaborada e enviada a carta-convite a todos os sindicatos do País, contendo a programação do Seminário programado e realizado em tempo recorde: 23 de abril de 2004, com o prazo de organização inferior a um mês.

O Departamento Comercial do Sindicato de São Paulo convidou várias instituições para participarem do Seminário. A condição para expor os seus produtos era o pagamento de R\$ 2.500,00 ao Sindicato. O objetivo da cobrança deste valor seria o de custear as despesas do seminário e passagens dos representantes dos Sindicatos que viessem participar do evento.

Foram convidados: Banco Alfa, Bradesco, Itaú / AGF, Banco do Brasil, FUNCEF (Funcionários da CEF), Icatu-Hart Ford, Mercer Previdência Privada, Human Resort Consult, Petros (Funcionários da Petrobras), Porto Seguro, Unibanco etc. De todos os convidados estiveram presentes a PETROS e a FUNCEF. Os demais convidados declinaram do convite.

Estiveram presentes representantes dos Sindicatos do Ceará, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina e São Paulo.

Na parte da manhã, representantes dos dois fundos apresentaram seus produtos, em clima bastante amistoso, tendo inclusive as equipes como ouvintes da exposição da concorrente.

A primeira empresa a apresentar o produto foi a Petros. Apontou as vantagens políticas para o Sindicato e a FENAJ e aos jornalistas, estes com incentivos fiscais (dedução no Imposto de Renda), além da complementação da aposentadoria propriamente dita. Em seguida apresentou seu produto, ressaltando características como solidez, expediência e segurança que trariam a uma Aposentadoria Complementar dos Jornalistas a administração feita pelo pessoal que tem uma experiência como a da Petros. Lembrou que a Petros administra o segundo maior fundo de pensão do País, com cobertura de 270 mil pessoas, patrimônio de R\$ 21 bilhões e 33 anos de compromissos pagos pontualmente. Destacou dois pontos

importantes: a) representantes dos sindicatos no Comitê Gestor, e b) toda rentabilidade revertida para os associados, ao contrário dos planos abertos, no qual parte da rentabilidade retorna à empresa e não aos associados. Além da previdência, há também, a possibilidade de empréstimo pessoal, empréstimo imobiliário (em implantação).

A modalidade do plano fica a cargo de cada interessado conforme os objetivos individuais. Se quer receber renda vitalícia, saque único ao final do período, percentual do montante aplicado etc.

A FUNCEF apresentou o seu produto em seguida. Como a equipe da Petros já havia percorrido como funcionam os fundos de pensão e a diferença com os planos abertos, os técnicos passaram diretamente ao produto. Mostraram as várias modalidades de benefícios que os participantes podem escolher e as vantagens e desvantagens de cada uma delas. Enfatizaram a segurança, as vantagens aos associados, outros benefícios (pecúlio, aposentadoria por invalidez, pensão ao cônjuge, pensão por prazo certo), os tipos de fundos existentes (aos conservadores, aos perfis moderados e aos mais arrojados) e, da mesma forma que haviam feito os apresentadores da Petros, ressaltaram o baixo percentual da taxa de administração.

Após a apresentação dos dois fundos, abriu-se a palavra para perguntas e esclarecimentos.

Na parte da tarde ocorreu a reunião dos diretores dos sindicatos presentes para discutir os encaminhamentos sobre o seminário. Durante os debates, surgiram várias dúvidas que não puderam ser respondidas pelos representantes dos Sindicatos. Por unanimidade, ficou então estabelecido que o Sindicato de São Paulo enviaria um ofício aos dois fundos com as perguntas a serem respondidas pelas empresas. E que as respostas fossem atendidas dentro da própria minuta da proposta a ser remetido aos sindicatos.

As dúvidas levantadas na reunião:

- Estudantes de curso de jornalismo podem se inscrever no Plano?
- Quem seria o instituidor? A FENAJ apenas, ou os Sindicatos individualmente, ou ainda, a FENAJ em conjunto com os Sindicatos?
- Somente os sindicalizados podem se inscrever no plano, ou este seria aberto a todos os jornalistas?
- Haveria a possibilidade de diferenciação entre sindicalizados e não sindicalizados?
- Haveria vantagens financeira ou de outra ordem para o instituidor?

Além dos benefícios já apontados na "Minuta de Plano de Instituidor", haveria possibilidade de instituir outros benefícios como:

- Empréstimos pessoais,
- Empréstimos para casa própria,
- Seguro para equalização de renda ("seguro desemprego" por determinado período)?
- Quais as regras para resgate antecipado?
- Quais as carências para saque antecipado e suspensão de pagamento da mensalidade?
- Existe alguma vantagem para a empresa empregadora do jornalista, em caso de a previdência complementar constar em Convenção Coletiva?

Após a realização do Seminário e devido as eleições para a FENAJ, entre outros problemas, não tivemos condições de voltar ao tema novamente, em São Paulo. Por isso, somente no final de julho enviamos as cartas com as perguntas acima às administradoras de fundos de aposentadoria complementar. Mas, em vez de fazermos isso apenas para a Petros e para FUNCEF, enviamos também para o Banco do Brasil, Itaú, Banco Alfa e Icatu. Afinal, nunca é demais reunir informações.

A partir das respostas, nossa proposta é que o tema seja tratado pelo Departamento específico da FENAJ, que pode instituir uma Comissão integrada por representantes de alguns Sindicatos, de tal forma que, no mais curto prazo possível, tenhamos condições de apresentar, para a categoria, nacionalmente, algumas propostas que venham a ser escolhidas por ela, em uma consulta direta.

Mercado de Trabalho

Tese - Comunicação Pública. Assessorias ou veículos? – aprovada com destaques e deverá ser apreciada pela assessoria jurídica da FENAJ

Autor:

- Vitor Ribeiro, diretor de base do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo

As assessorias de imprensa de órgãos públicos têm sofrido grandes transformações nos últimos anos, tanto na esfera municipal, como estadual e federal. As assessorias antes limitadas a produzir releases, agendar entrevistas e coletivas, agora possuem seus próprios veículos de comunicação. São sites dinâmicos, canais de TVs legislativas, rádios municipais/educativas, diários oficiais e outras

publicações ou veículos.

Apesar da modernização destas assessorias, o mesmo não tem acontecido com a situação profissional dos jornalistas que nela atuam, tanto em funções de jornalistas de texto quanto de jornalistas repórteres-fotográficos e repórteres-cinematográficos. Muitos têm jornada de trabalho de cerca de oito horas; não são contratados como jornalistas e recebem salários aviltantes - abaixo do piso.

Devido à atual situação do País, o setor público é um importante empregador para os jornalistas brasileiros. Porém, um setor onde o desrespeito para com a profissão é crescente. Ora são "estagiários" que tocam os serviços, ora são "voluntários". TVs legislativas são tocadas por falsos estagiários (na verdade, estudantes que, de forma precária e ilegal, substituem a mão-de-obra dos profissionais). Rádios municipais/educativas são colocadas no ar por estudantes/voluntários. O setor público virou um dos maiores transgressores da lei quando o assunto é o jornalista no setor público. Os casos são vários e vão desde desvios de função; gente apadrinhada e não habilitada exercendo a profissão em desrespeito total aos direitos duramente conquistados (jornada de trabalho, piso profissional etc.).

1. Proposta

- A FENAJ e os Sindicatos devem abrir imediatamente negociações com o setor público para por fim às aberrações existentes;
- A FENAJ e os sindicatos devem exigir o respeito à legislação profissional nos serviços públicos federal, estaduais e municipais, além de cobrar e lutar para que esse respeito reflita na efetiva criação e implantação da carreira de jornalista. Uma ação preventiva contra os desrespeitos à legislação dos concursos públicos deve ser adotada pelos sindicatos, que deverão entrar na Justiça contra os concursos cujos os editais tratam da jornada de trabalho acima de 5 horas e nomenclatura de função incompatível com a legislação profissional.

O jornalista que trabalha no setor público é, antes de tudo, um profissional que precisa ter seus direitos respeitados!

2. Observação

A Comissão Aberta de Jornalistas de Assessoria de Comunicação de São Paulo já está elaborando um texto para que sirva de anteprojeto de Lei para essa questão.

Tese - Quatro bandeiras de luta que exigem a imediata mobilização dos jornalistas:

Autor:

- Fred Ghedini, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e vice-presidente Sudeste da FENAJ

Os jornalistas reunidos em seu XXXI Congresso Nacional apontam a prioridade das seguintes bandeiras de luta:

- A Defesa da Regulamentação Profissional;
- A Defesa do Mercado de Trabalho dos Jornalistas - Contra a precarização das relações trabalhistas;
- A luta pela aprovação, no Congresso Nacional, da Lei que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Jornalismo;
- Democratização da comunicação.

Como contribuição a esse debate, trago aos colegas delegados as seguintes propostas:

- Que seja reativado e reforçado imediatamente o Comitê Nacional de luta pela garantia da nossa regulamentação profissional (a exigência da formação em graduação específica em jornalismo ou em comunicação-habilitação jornalismo). Esse Comitê deve ficar sob a coordenação do Departamento de Relações Institucionais da FENAJ, com o acompanhamento permanente de um membro da Executiva especialmente destacado para essa finalidade. Todos os Sindicatos devem indicar um representante neste Comitê, sendo que um Sindicato deve se oferecer para funcionar como sede dessa Campanha Permanente da FENAJ;
- A Campanha contra a Precarização das Relações de Trabalho, cuja Cartilha já foi elaborada pelo Sindicato de São Paulo, deve ser lançada em todos os Sindicatos. Para isso, a direção da FENAJ deve elaborar um calendário nacional, em comum acordo com as direções dos Sindicatos. Essa Campanha deve ficar sob a coordenação do Departamento de Mobilização, Negociação Salarial e Direito Autoral e contar com o acompanhamento permanente de um membro da Executiva da FENAJ. Como elemento importante para o avanço dessa Campanha, a FENAJ deve realizar um seminário nacional em 2005, para avaliação do desempenho e planejamento do prosseguimento da luta contra a precarização;

- Para apressar o andamento desse projeto, os jornalistas brasileiros precisam organizar-se nacionalmente, acompanhando a posição dos parlamentares em cada Estado e passando esse posicionamento a um Comando Central dessa luta que deve ter, em sua coordenação, um grupo de diretores da FENAJ, com um responsável na Executiva. Cada sindicato deve organizar imediatamente seus comitês de luta pelos conselhos.

Tese - Por uma tabela de preços de referência para o trabalho jornalístico, de abrangência nacional

Autores:

- Fred Ghedini, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e vice-presidente Sudeste da FENAJ e Rubens Chiri, presidente da Arfoc-SP.

Ao definir os novos valores da Tabela de Preços de Referência para o Trabalho Jornalístico, em junho de 2004, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual do Jornalista, a Associação dos Cartunistas do Brasil e a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos de São Paulo decidiram, na mesma assembléia, propor aos delegados do XXXI Congresso Nacional de Jornalistas que se estudasse a criação de uma Tabela de Preços de Referência de abrangência nacional.

Ao trazermos essa proposta ao Congresso, trazemos o problema mais não a solução. Algumas questões têm que ser respondidas para a elaboração dessa tabela. Em primeiro lugar, sua conveniência tem que ser melhor debatida. Para nós, que trouxemos a proposta, parece ser algo salutar que, em qualquer ponto do País, possamos saber a referência para o pagamento mínimo a cada trabalho jornalístico.

Mesmo considerando que há uma longa luta a ser travada pelos jornalistas, em todo o País, para que os valores constantes numa tabela de preços de referência sejam levados em conta, é importante lembrar que em muitos contratos a tabela sempre é tida como referência. A implantação do uso da Tabela tem que começar por um trabalho de esclarecimento junto aos editores e clientes que contratam as obras jornalísticas, ou os serviços de assessoria de imprensa.

Para esclarecimento dos delegados, trouxemos alguns exemplares impressos da tabela. Mas, ela pode também ser consultada, em sua integralidade, em www.sj-sp.org.br e www.arfoc-sp.org.br. Como está lá escrito, em sua introdução, os preços que dela constam são tidos como “o mínimo para que o jornalista possa viver dignamente de seu trabalho”, e que esses preços são voltados para um trabalho básico. Ainda esclarece-se que, para trabalhos mais complexos, que exigem profissionais com maior experiência ou ainda que são contratados em maior volume, devem ser estabelecidas negociações entre o jornalista e seu cliente.

De qualquer forma, como argumento importante favorável à existência da Tabela, é importante dizer que o Judiciário tem utilizado o que está lá estabelecido para arbitrar valores em ações de jornalistas contra pessoas ou empresas que contratam suas obras ou trabalhos e não pagam.

Não se chegou a uma resposta para a pergunta se os preços de referência deveriam ser iguais em todo o País, ou se, ao contrário, deveriam obedecer a algum critério de regionalidade.

Que a FENAJ inicie as consultas para a constituição dessa tabela.

Formação e Educação

Tese - Tese Sobre a Formação

Autor:

- Diretoria da FENAJ - Departamento de Educação

A qualidade do ensino de jornalismo, a formação superior específica como requisito para o exercício da profissão e a permanente atualização são bases para o fortalecimento da identidade e organização dos jornalistas e a prática de um jornalismo cumpridor de sua função social. Um jornalismo que atenda ao interesse público da sociedade, ao direito à informação ética, democrática e qualificada como também à liberdade de expressão.

Por isso, a FENAJ, os Sindicatos dos Jornalistas em todo o País e a categoria organizada em torno destas e de outras entidades e segmentos do campo da comunicação vêm, desde o último Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Manaus, em 2002, fortalecendo e ampliando as ações e formulações no sentido não só de garantir como também de aprimorar a qualificação da formação e da atualização profissional em jornalismo.

Ressaltamos que estamos fortalecendo e ampliando porque a qualidade da formação do jornalista, que tem como um dos seus principais pilares a graduação em curso específico de nível superior, é ,

historicamente, uma das grandes preocupações e aspirações da nossa categoria. Em consequência, a FENAJ e os Sindicatos há muito empreendem este trabalho pela qualificação através das mais diversas iniciativas e formulações.

E neste já longo tempo de batalha, que iniciou nas primeiras décadas do século passado, acumulamos conquistas, mas também sofremos ataques a nossa organização profissional, como o que vem sendo praticado contra a exigência do diploma. Mas mesmo em períodos em que contabilizamos apenas conquistas, a categoria não deixou de se preocupar com a qualidade da formação. E em momentos de ataques, o que se evidenciou foi mobilização e reação firme, além de formulações e ações que buscam o avanço, como é o caso, agora, da nossa batalha pela criação do Conselho Federal de Jornalismo.

Para a FENAJ, trata-se de demonstração inequívoca de que toda esta nossa luta envolvendo a qualidade da formação não tem um sentido exclusivamente corporativista. Ela vai muito além, buscando a construção e manutenção da identidade, organização e regulamentação profissional e, por consequência, a própria qualificação do jornalismo praticado no País.

Além disso, ressaltamos que a busca da qualidade da formação é um processo que não pode nem deve ser responsabilidade de apenas um segmento da área do jornalismo e do campo da comunicação. Com esta compreensão, a FENAJ e os Sindicatos vêm travando, sim, uma grande e intensa batalha, mas sempre fazendo questão de atuar em parcerias, neste caso principalmente com os segmentos e/ou entidades mais diretamente ligados à formação, entre os quais citamos o Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, a Enecos, a Sociedade Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo.

E entre as diversas ações e formulações que temos desenvolvido em relação à formação, relembramos aqui apenas algumas que são base e adquirem função permanente para a nossa atuação nesta área:

- Implantação e discussão do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade do Ensino de Jornalismo em todo o País, através de seminários, palestras e debates em universidades e Sindicatos, painéis em encontros (aqui abrimos parênteses para lembrar que a nossa é a primeira categoria profissional a elaborar e a trabalhar a questão com um programa deste porte);
- Batalha contra os Cursos Seqüenciais ou outros de curta duração, através de uma fiscalização e pressão constante junto ao MEC para que seja cumprida a portaria que proibiu a abertura destes cursos para jornalismo e demais profissões regulamentadas (aliás, também é de se recordar que esta portaria foi obtida em 2000, já por pressão da FENAJ e outras entidades de profissões regulamentadas);
- Envolvimento com a questão da avaliação, através de criação de espaços de debate e da participação da batalha contra o agora extinto provão. Apoiamos a Enecos em seu movimento para derrubar o provão, entendendo que a avaliação é um processo que deve ser contínuo e permanente. Por isso, sempre colocando para todas as entidades e segmentos do campo, além de pressão junto ao MEC, a alternativa de as Comissões de Gestão e Avaliação propostas pelo Programa de Qualidade do Ensino da FENAJ substituírem o provão. Hoje, continuamos reivindicando que o nosso Programa cada vez mais seja base para a constituição destas avaliações;
- Constante debate e interlocução com o MEC e com professores avaliadores do Ministério, o que tem feito com que as avaliações das condições e para reconhecimentos de cursos de jornalismo tenham muitos dos critérios defendidos pelo nosso Programa de Qualidade de Ensino;
- Por conta não apenas da pressão que a FENAJ vem exercendo, mas de várias outras categorias e segmentos preocupados com a formação superior, obteve-se, no último mês de maio, a proibição pelo MEC de abertura indiscriminada de novos cursos (em TODAS as áreas) por um prazo de 180 dias. Esta proibição, que se encerra neste mês de agosto, atinge justamente os chamados cursos caça-níqueis;
- Participação, como convidada, dos colóquios promovidos pelo MEC para o debate sobre A Reforma Universitária. Nestes, a FENAJ colocou preocupações relativas à mercantilização do ensino. Defendeu a universalização do acesso à universidade, mais investimentos nas universidades públicas, valorização dos professores e funcionários, uma universidade que desenvolva estudos, pesquisas e projetos que colaborem para a diminuição dos problemas sociais do País, um modelo de ensino associado à realidade brasileira e a abertura dos espaços físicos das universidades para a sociedade. Além disso, tratamos das questões específicas do ensino do jornalismo como a proliferação indiscriminada de cursos na nossa área, o estágio e a avaliação das condições de funcionamento e da qualidade dos cursos e/ou habilitações em jornalismo.

E como entendemos que a formação não se limita à diplomação no curso de graduação específica, a FENAJ, juntamente com os Sindicatos, também vem trabalhando:

- Na implantação dos projetos piloto de estágio acadêmico (já em desenvolvimento ou em estudos nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Rio

Grande do Sul, entre outros);

- Na implantação da Cátedra FENAJ de Jornalismo para a Cidadania (já desenvolvida pela UFSC, pela UFAL e em processo de criação em algumas outras universidades do País);
- No desenvolvimento da Escola do Jornalista - programa de atualização profissional da FENAJ que tem servido de base para que diversos Sindicatos anualmente promovam uma série de cursos de reciclagem ou criem Escolas Estaduais do Jornalista.

Em relação ao estágio em jornalismo, lembramos que, por lei, continua proibido, desde que caracterizado como exploração de mão de obra barata. A FENAJ vem incentivando, promovendo e coordenando o desenvolvimento de projetos pilotos de estágio acadêmico, dentro do processo de implantação do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional dos Jornalistas. E ao fazer isso, cumpre deliberação do Congresso Nacional de 2000, em Salvador, Bahia, onde os jornalistas fizeram questão de aprovar a implantação de estágios desde que sejam acadêmicos e que realmente contribuam e resultem em melhoria na formação do jornalista.

Para tanto, no entendimento da FENAJ, devem se desenvolver sob a supervisão das Comissões de Gestão de Qualidade de Ensino. Em algumas universidades que já trabalham em parceria com os Sindicatos, vem sendo criada, inclusive, a função de coordenador de estágio, para um mais atento e profundo acompanhamento dos programas piloto.

Assim, constituindo-se como uma prática didático-pedagógica do ensino de jornalismo e sendo realmente “acadêmico”, o estágio passa a ser uma ação também essencial à qualificação da nossa formação profissional. Nestes tempos em que enfrentamos os ataques a nossa regulamentação profissional, através do fim da obrigatoriedade de formação superior para o exercício do jornalismo, o estágio, com a concepção e nos moldes que está sendo estimulado pela FENAJ, destaca-se como mais uma ferramenta a explicitar a importância do ensino superior para a profissão do jornalista.

1. Propostas

Com base nesta análise, a Diretoria da FENAJ, por meio de seu Departamento de Educação, defende que a categoria, através da Federação e dos Sindicatos, continue apresentando-se e se constituindo enquanto um referencial para a formulação e o desenvolvimento da formação qualificada em jornalismo, principalmente recorrendo a um constante aprimoramento e aplicação do Programa de Estímulo à Qualidade do Ensino de Jornalismo.

Para tanto, no âmbito geral da qualificação da formação profissional e do ensino superior no País, a diretoria propõe:

- Que todos os Sindicatos de Jornalistas, sob a orientação da FENAJ, promovam a imediata conclusão da constituição das comissões de gestão da qualidade do ensino nacional, regionais e por escola, conforme estabelece o Programa;
- Que estas comissões, integradas pela categoria (através dos Sindicatos e FENAJ), pelos professores, universidades, estudantes e empresariado da comunicação, entre outras atribuições, coordenem iniciativas de avaliação e fiscalização sistemática da qualidade do ensino em cada escola;
- Que a FENAJ busque estabelecer mais uma parceria com o Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, para formular um plano específico destinado a intensificar as ações das duas entidades em defesa de diretrizes curriculares e projetos pedagógicos baseados no Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo;
- Que a FENAJ inclua na sua defesa de diretrizes curriculares e projetos pedagógicos o “Direito Autoral” como tema a fazer parte dos programas da disciplina de Legislação. Que a FENAJ envie orientação aos cursos de jornalismo, comissões de qualidade de ensino e Fórum de Professores sobre a importância de incluir o tema “Direito Autoral” nos currículos;
- Que a FENAJ e os Sindicatos intensifiquem suas ações contra os cursos sequenciais de jornalismo e outras iniciativas que insistem em substituir a graduação em curso superior específico como meio de obtenção do registro profissional. Neste momento, além da continuidade da fiscalização em relação aos sequenciais, que a FENAJ e os Sindicatos promovam um levantamento, em cada estado, da existência dos cursos de formação de tecnólogos ou de extensão, para fiscalizá-los no sentido de evitar que prometam e/ou emitam diplomas em jornalismo;
- Que a FENAJ e os Sindicatos exijam do MEC o imediato início de uma reavaliação nacional das condições de funcionamento de TODOS os cursos e habilitações de jornalismo do País (em funcionamento ou em implantação). Que esta reavaliação se realize durante um período máximo de seis meses. Que enquanto este trabalho estiver sendo realizado não se permita a abertura de qualquer novo curso e/ou habilitação. E que em cada estado, sob a orientação da FENAJ, os Sindicatos possam acompanhar, com um representante, esta reavaliação;
- Que, ao mesmo tempo, a FENAJ reivindique e pressione o MEC, lutando em todos os espaços, pela implantação de cursos de jornalismo em universidades públicas de regiões, estados ou municípios onde ainda não existam assim como de cursos de pós-graduação em

jornalismo também em instituições públicas;

- Que a FENAJ intensifique a luta por um espaço permanente nas comissões e conselhos do MEC que tratem das questões do ensino de jornalismo;
- Que a FENAJ intensifique participação em todos os fóruns e instâncias possíveis para a discussão da Reforma Universitária. Continue participando ativamente dos debates e especialmente dos colóquios convocados pelo MEC para a discussão da Reforma Universitária;
- Que a FENAJ solicite aos Sindicatos que se integrem efetivamente a estes debates e passem a enviar relatórios com sugestões e análises dos resultados destas discussões a nível regional;
- Que a FENAJ proponha ao Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, à SBPJor e à Enecos a apresentação de um documento conjunto de avaliações e propostas para Reforma Universitária;
- Que a FENAJ promova, até o início do próximo ano, um Seminário de Avaliação da implantação do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade do Ensino e dos Projetos Pilotos de Estágio. Que neste seminário, cada Sindicato apresente os resultados e a avaliação dos projetos pilotos de estágio desenvolvidos nos seus Estados. E que a partir desta avaliação se estabeleça uma PADRONIZAÇÃO nacional para o estágio acadêmico, dentro dos critérios gerais que basearam os projetos piloto:
 - a) efetivo cumprimento de finalidades didático-pedagógicas, com acompanhamento no âmbito da escola e da empresa;
 - b) realização do estágio nos dois últimos semestres do curso;
 - c) delimitação do número de estagiários por redação ou empresa;
 - d) delimitação do tempo de estágio;
 - e) garantia de não se firmar acordo para a realização de estágio com empresas que mantiverem pessoas exercendo irregularmente a profissão em seus quadros;
 - f) existência de meios para assegurar o efetivo cumprimento do estabelecido na regulamentação acordada;